ARROZ

A estimativa preliminar do **IBGE** *para o plantio da safra 1985/86 atribuiu ao arroz o maior incremento de área, que seria entre 7 e 9% maior do que a do ano passado. Caso se concretize, representará a volta do arroz a terras anteriormente perdidas, principalmente para a soja. Será, também, um reflexo do apertado suprimento interno, da política agrícola recente e da ansiedade quanto à reforma agrária.*

No começo do ano, podia-se esperar que a atual entressafra transcorresse sem maiores problemas, com o governo federal controlando facilmente quaisquer movimentos indesejáveis do mercado. No entanto, chegado o segundo semestre, retornaram as antigas ameaças de intervenção através de tabelamentos, houve o anúncio de futuras importações e, em alguns momentos, os produtores acenaram com a possibilidade de um boicote semelhante ao de 1984.

Os problemas que levaram à atual configuração da atividade arrozeira são conhecidos. Ao contrário de outras lavouras tradicionalmente destinadas ao abastecimento do mercado interno, parcela significativa da produção origina-se de propriedades altamente tecnificadas e é merecedora de estudos e atenções por parte de importantes instituições. À semelhança daquelas, porém, padece dos males de uma política agrícola freqüentemente adversa. Como uma atividade caracterizada por forte dicotomia — produtores capitalizados, médios e grandes, e pequena produção de base familiar — a orizicultura reflete prontamente estímulos dados via crédito (decisivo para os grandes produtores) e preços e é afetada pela contração da renda dos assalariados.

Atualmente, a quase totalidade da safra 1984/85 já foi colhida e o resultado obtido chega a ser surpreendente. Afinal, na safra passada, manteve-se o processo de retração da área plantada e, segundo o **IBGE**, a área colhida, até setembro, é 11% menor do que a do ano passado (ver Quadro 11).

QUADRO 11 – BRASIL – ARROZ EM CASCA – PRODUÇÃO DA SAFRA 1984/85, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)
Rio Grande do Sul	720.969	3.207.046	4.448
Goiás	859.980	1.114.410	1.296
Minas Gerais	538.245	848.171	1.576
Maranhão	642.068	622.877	970
Mato Grosso	407.426	523.890	1.286
São Paulo	309.400	496.800	1.606
Santa Catarina	144.005	446.366	3.100
Mato Grosso do Sul	242.016	322.689	1.333
Paraná	200.000	296.000	1.480
Piauí	209.506	270.656	1.292
Rondônia	147.851	220.548	1.492
Pará	99.680	131.986	1.324
Rio de Janeiro	32.205	104.709	3.251
Espírito Santo	35.151	97.222	2.766
Ceará	37.147	89.420	2.407
Bahia	49.015	66.513	1.357
Sergipe	10.181	29.087	2.857
Acre	22.520	27.792	1.234
Alagoas	6.333	16.858	2.662
Paraíba	9.360	15.446	1.650
Pernambuco	5.807	20.041	3.451
Roraima	8.123	13.285	1.635
Distrito Federal	6.682	8.482	1.269
Rio Grande do Norte	7.551	8.527	1.129
Amazonas	3.206	3.218	1.004
Amapá	1.272	1.432	1.126
BRASIL	4.755.699	9.003.471	1.893

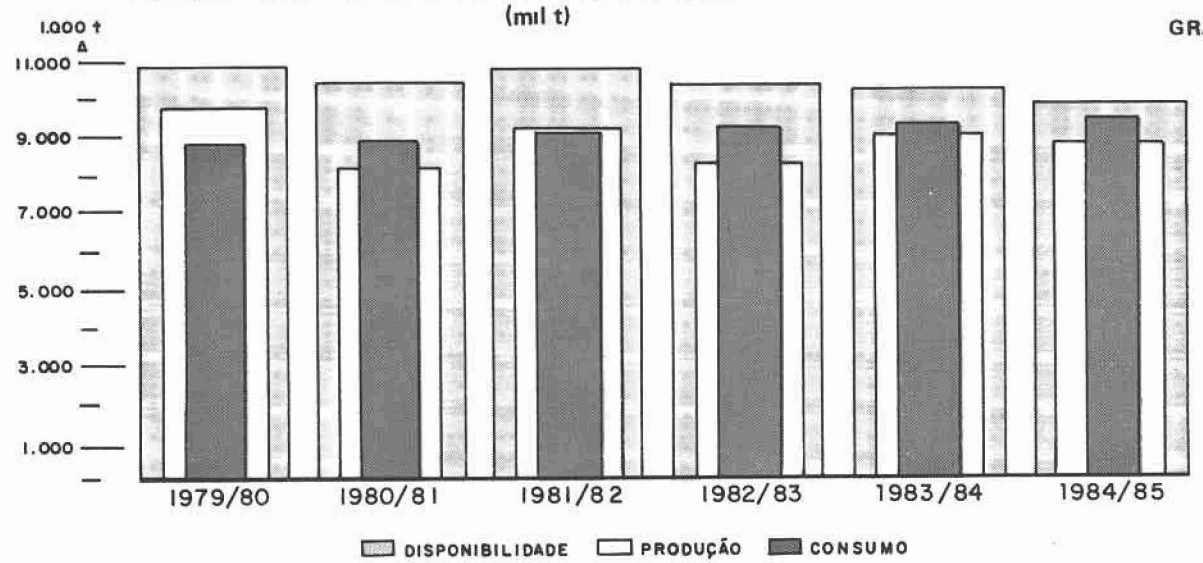
FONTE – IBGE, setembro de 1985.

É bem verdade que, desde o início do plantio tinha-se a esperança de um bom rendimento físico, mas havia que se considerar as seqüelas de dificuldades climáticas surgidas durante o desenvolvimento das lavouras. Logo em princípios do ano, houve a estiagem nos arrozais gaúchos e fortes chuvas no Maranhão. Apesar disto, a produtividade foi excepcional: em termos médios, a mais elevada das últimas décadas, com algumas regiões do Rio Grande do Sul superando os 5.000 kg/ha.

A safra está avaliada em 9 milhões de t, ligeiramente inferior à do

BRASIL – ARROZ EM CASCA – BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA - 1979/80 A 1984/85
(mil t)

GRÁFICO 05



FONTE- CFP.

ano passado, e há um excesso conjuntural de oferta no Sul, mas a situação do abastecimento não é tranqüilizadora. Aliás, a última safra de arroz em que a produção superou folgadamente o consumo foi a de 1979/80 (9,8 milhões de t produzidas). Desde então, mesmo com a retração do consumo(1), apenas em 1981/82 conseguiu-se um precário equilíbrio entre a oferta e a demanda. Sem as importações, não seria possível atender às necessidades do mercado a preços acessíveis e compatíveis com as intenções de contenção da alta inflacionária. O Gráfico 05 apresenta a evolução do balanço de oferta e demanda no Brasil, nos últimos anos.

Em 1985, o maior desfalque na produção proveio das enchentes no Nordeste. No Maranhão, cuja safra foi estimada, pelo **IBGE**, no início do ano, em 1,2 milhão de t, a força das águas destruiu grandes extensões de arrozais (calculou-se, à época, uma perda de 21% da área plantada e de 43% da produção), havendo a possibilidade de quebra ainda maior, em razão dos danos à estrutura viária. Hoje, calcula-se a safra em apenas 623 mil t. Também o longo período chuvoso acarretou menor luminosidade, o que afetou a qualidade do produto colhido. No Piauí, houve divergências quanto aos reais efeitos das chuvas sobre as lavouras. A colheita da safra piauiense encerra-se oficialmente em novembro e a estimativa do **IBGE**, de setembro, mostra que as plantações se beneficiaram com a elevada pluviosidade: 271 mil t, talvez a maior safra já colhida no estado.

A grande quebra da safra maranhense, porém, criou um sério desequilíbrio no abastecimento, no país. Segundo a **CFP**, a região Norte-Nordeste apresenta, este ano, um déficit, a ser suprido, de 314 mil t. Devido a isto, as cotações do produto no Maranhão têm estado extremamente elevadas, há meses.

No Centro-Sul, ao contrário, verifica-se um excedente ponderável, estimado pela **CFP** em 724 mil t. Na verdade, deve ser ainda maior, pois há o fluxo normal de 250 mil t/ano enviadas regularmente ao Norte-Nordeste e não computadas naquele primeiro número.

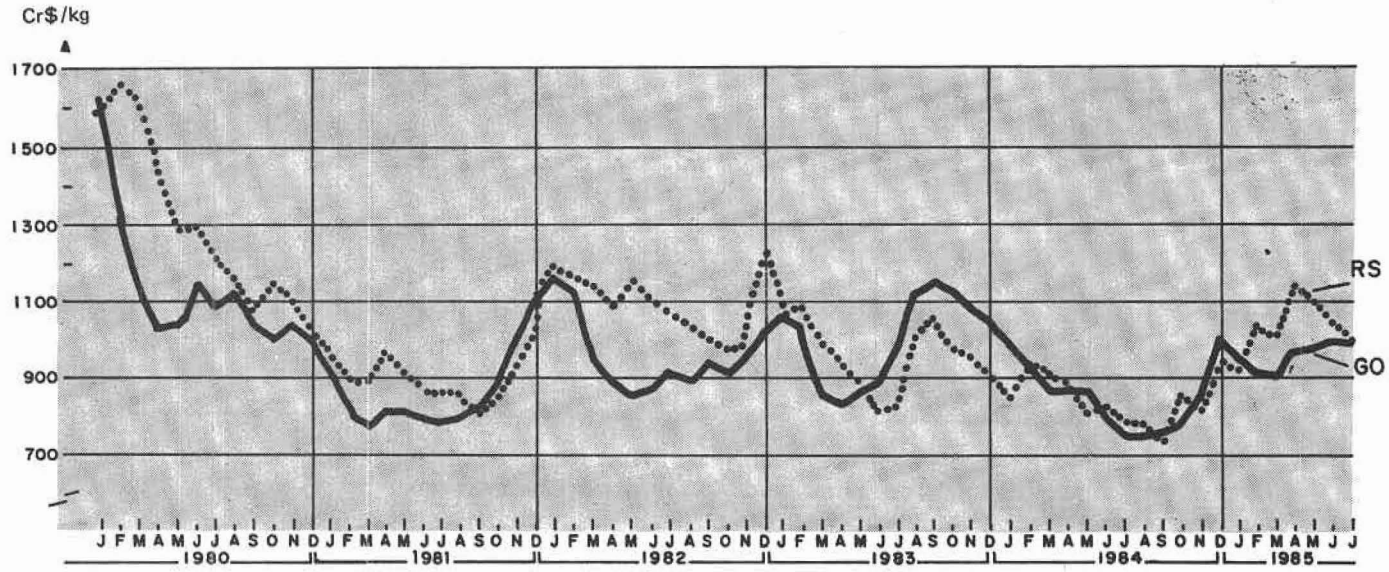
Este excedente, excessivamente concentrado no Rio Grande do Sul (produtor de 36% da safra), responde por parte dos problemas da comercialização. Seu peso sobre as cotações manteve o mercado deprimido e associou-se à incapacidade dos maquinistas/beneficiadores de absorverem os custos de estocagem como os principais fatores que levaram às elevadas aquisições do governo federal. Além disso, o bom preço básico estabelecido no ano passado, com um maior período de reajuste, resultou num preço mínimo superior ao preço praticado no mercado. O afastamento dos maquinistas teve também como motivo a expectativa de futura colocação dos estoques governamentais em leilões a preços mais favoráveis. Atualmente, ainda supridos, não vêm mostrando interesse nas vendas do estoque oficial, em razão de se leiloar produto situado longe dos centros beneficiadores. A previsível diminuição da intensidade dos leilões poderá reaquecer o mercado.

Embora o consumo total de arroz, este ano, tenha-se ampliado (9,4 milhões de t) em face da melhoria do

(1) *A* **Companhia de Financiamento da Produção** *calculou, em 1983, o consumo das safras 1980/81, 1981/82, e 1982/83, em 9,2, 9,4, e 9,5 milhões de t. A diminuição do poder de compra dos consumidores fê-la modificar suas estimativas para 9, 9,1 e 9,2 milhões de t, respectivamente.*

RIO GRANDE DO SUL E GOIÁS – ARROZ EM CASCA – PREÇOS RECEBIDOS[1] PELOS PRODUTORES – 1980–85
(Cr$/kg)

GRÁFICO 06



FONTE – FGV/IBRE/CEA.

[1] Corrigidos, pelo IGP-DI, para julho de 1985.

poder de compra da população, a esperada pressão sobre suas cotações deixou de acontecer, em grande proporção. Isto se deveu ao fato de a safra 1983/84 ter legado estoques de 1,1 milhão de t e à metódica realização de leilões da **SEAP/CFP** (1,2 milhão de t, até meados de outubro), aliada aos **acordos de cavalheiros** e ao controle das margens de lucro dos supermercados (responsáveis pelo atendimento de 55% do varejo do arroz, em São Paulo).

As controvertidas importações, cuja necessidade foi estimada em 400 mil t, deverão chegar próximo ao fim do ano (apenas 150 mil t foram contratadas, até o momento) com vistas ao pleno abastecimento do mercado pelo menos até março.

Deste modo, as cotações do arroz apresentaram recuperação, em relação ao ano passado (e para isso contribuiu o preço oficial), mas não significaram ganhos elevados para os agricultores, pelo menos para os que não conseguiram obter grandes avanços em seus rendimentos físicos por hectare. O Gráfico 06 mostra que, tanto no Rio Grande do Sul, maior produtor de arroz irrigado, quanto em Goiás, este ano o principal produtor de arroz de sequeiro, os preços recebidos pelos agricultores nada tiveram de excepcional. Desde outubro de 1984, até fins de setembro passado, a remuneração do produtor goiano apenas acompanhou o IGP, situando-se em 225,5%. Já no varejo, conforme o Quadro 12, vê-se que em São Paulo, atingiram-se preços semelhantes aos de 1980, quando as cotações estiveram em níveis elevados, porque houve frustração das duas safras anteriores e foi extinto o tabelamento, em outubro de 1979.

QUADRO 12 – CIDADE DE SÃO PAULO – ARROZ – PREÇO[1] NO VAREJO – 1980-85
(Cr$/kg)

MÊS	1980	1981	1982	1983	1984	1985
Janeiro	3.934	2.811	3.324	3.305	2.698	2.848
Fevereiro	3.888	2.550	3.318	3.458	2.752	3.104
Março	3.354	2.493	3.254	3.029	2.662	3.743
Abril	3.469	2.553	3.090	2.919	2.577	3.119
Maio	3.345	2.562	3.063	2.699	2.608	3.263
Junho	3.326	2.482	2.964	2.769	2.527	5.190
Julho	3.264	2.497	2.922	3.106	2.583	3.029
Agosto	3.040	2.466	2.963	3.526	2.667	
Setembro	2.974	2.543	2.879	3.329	2.507	
Outubro	3.051	2.598	2.822	3.233	2.536	
Novembro	3.013	2.653	2.927	2.949	2.816	
Dezembro	2.957	2.906	3.095	2.754	2.824	

FONTE – FGV/IBRE/CEA.

[1] Corrigidos, pelo IGP-DI, para o mês de julho de 1985.

Apesar do aparente quadro de dificuldades no mercado orizícola, há alguns anos, a produção de arroz do Rio Grande do Sul apresenta firme crescimento (ver Quadro 13). A adequação das planícies inundáveis do estado a este cultivo levou à imobilização de grandes capitais, que, se por um lado, obriga à permanência na atividade, por outro propicia a obtenção de ganhos razoáveis, mediante o uso intensivo da mecanização e das melhores técnicas disponíveis. O **Anuário Estatístico** do **Irga** permite observar que, nas lavouras de mais de 9 ha, as operações básicas de preparo da terra são quase totalmente mecanizadas (99,7% da lavração, 99,9% da gradeação, 98,9% da semeadura e 93,5% da adubação). A colheita é 99,5% mecanizada e apenas a aplicação de **defensivos agrícolas** apresenta maior grau de não-mecanização: 14,8%.

Atualmente, com a recente introdução — e rápida difusão — de cultivares melhorados de variedades de linhagens norte-americanas (**BR/Irga — 409, 410** e **411**), começa-se a discutir o real potencial de expansão pelo estado dos benefícios das novas tecnologias. Talvez possa estar próximo o esgotamento da capacidade de aumento do rendimento agrícola, iniciando-se uma fase de ganhos marginais decrescentes. Parece haver consenso no estado de que as áreas hoje irrigadas superam a capacidade efetiva de cobertura do equipamento empregado. Como as novas variedades altamente produtivas possuem ciclo vital maior, a necessidade de água das plantações aumentou. Deste modo, mesmo que houvesse retração da área de cultivo, o total da safra gaúcha poderia até aumentar. Bastaria que fossem cortadas as **franjas** das propriedades, áreas em que a irrigação não é tão eficiente, e centrar os recursos disponíveis nos terrenos mais próximos aos açudes, plantando os melhores cultivares.

No entanto, durante mais alguns anos, as lavouras gaúchas de arroz deverão manter sua expansão territorial. O recalque da água cada vez mais é feito à base de eletricidade, abandonando-se a maquinaria **Diesel**, mais onerosa. Calcula-se que o projeto de eletrificação e aproveitamento das terras adjacentes à Lagoa Mirim, em andamento, poderá dobrar a extensão dos arrozais de Santa Vitória do Palmar, segundo maior município produtor do estado.

QUADRO 13 — ARROZ EM CASCA — ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO FÍSICO MÉDIO NO RIO GRANDE DO SUL E PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DO BRASIL — 1975/76 A 1984/85

SAFRA	ÁREA COLHIDA (ha)	%	PRODUÇÃO (t)	%	RENDIMENTO FÍSICO (kg/ha) RS	BR[1]
1975/76	520.000	7,8	1.850.000	19,0	3.558	1.315
1976/77	566.000	9,4	2.105.000	23,4	3.719	1.412
1977/78	538.800	9,6	2.009.103	27,5	3.729	1.342
1978/79	525.000	9,6	1.675.000	22,0	3.190	1.412
1979/80	598.982	9,6	2.293.386	23,4	3.829	1.426
1980/81	612.912	10,1	2.455.360	29,7	4.006	1.410
1981/82	624.254	10,4	2.589.885	26,6	4.149	1.515
1982/83	636.539	12,5	2.220.497	28,6	3.488	1.487
1983/84	724.614	13,5	3.119.013	34,6	4.304	1.696
1984/85	720.969	15,2	3.207.046	35,6	4.448	1.767

FONTE — IBGE.
[1] Média aritmética, sem o Rio Grande do Sul.

Para a safra 1985/86, as estimativas são de um aumento da área de cultivo, avaliado pelo **GCEA**, em 28/09, em até 3,5%. O arroz de sequeiro, bastante minoritário no Rio Grande do Sul, deverá expandir-se 5%, havendo quem acredite em um aumento de 10%. De acordo com o **Depa-RS**, há outro estímulo à expansão, pois os grandes produtores de arroz foram beneficiados com os novos limites do **VBC** (ver Quadro 14) e sua remuneração média, desde outubro de 1984, evoluiu 258%.

Além dos rendimentos crescentes, proporcionados pelo uso de cultivares selecionados (malgrado os danos causados pela **Circular 706**, do **Banco Central**, através da mistura varietal), um fator de ordem estritamente conjuntural vem sendo apontado como bastante ponderável na decisão de plantar mais: o temor de uma reforma agrária em áreas normalmente ociosas.

No Rio Grande do Sul, é importante a produção em terras arrendadas (6% dos informantes e 30% da área cultivada), em moldes diferentes daqueles de regiões de plantio tradicional. Segundo o **Incra**, a área média por contrato de arrendamento, é, no Rio Grande do Sul, superior a 120 ha e, no Maranhão, por exemplo, pouco superior a 20 ha.

No caso de uma lavoura amplamente disseminada pelo país, como o arroz, não é possível elaborar-se uma análise agregada da atividade, tais as discrepâncias regionais. Este ano, porém, a influência dos instrumentos de política agrícola, normalmente decisiva, faz-se sentir sobre as mais distantes zonas de produção, ao lado da expectativa quanto ao **Plano Nacional de Reforma Agrária**. O próximo preço mínimo não causará tanta influência quanto o que vigorou na safra 1984/85, mas o reflexo das elevadas compras governamentais deste ano (1,4 milhão de t de **AGF's**, até 13/09) está-se fazendo sentir sobre a decisão de plantio dos agricultores, também na zona do arroz de sequeiro.

Em Goiás, por exemplo, a área de plantio da safra passada foi baixa, para os padrões locais; apenas 846,8 mil ha e se supõe que deva che-

gar, na safra 1985/86, aos 950 mil ha. A do arroz irrigado ainda é insignificante (cerca de 32 mil ha). Lá, existe também a influência da atual fase do ciclo da pecuária. A confiança nas expectativas de bons preços para os rebanhos deverá levar à abertura de novas pastagens, processo que sempre acarreta prévio aumento do plantio do arroz. Outras lavouras temporárias, como o milho, serão beneficiadas, do mesmo modo. Há, porém, o problema da estiagem, que está atrasando as operações de plantio. No Mato Grosso do Sul, apenas as poucas lavouras irrigadas conseguiram plantar, até o início de outubro.

Já no Maranhão, onde a maior parte das lavouras é bastante rústica e as oscilações da produção são freqüentes (ver **Agroanalysis**, vol. 9, nº 5), estima-se que, apesar da devastação das enchentes, poderá haver aumento de área. Ainda é cedo para maiores definições, mas se sabe que os agricultores mais capitalizados das regiões de Balsas e Imperatriz conseguiram vender bem suas safras. A quebra, que provocou o grande desfalque da oferta estadual, também alçou às alturas o preço do arroz maranhense e quem tinha o que vender fez bons negócios. Paralelamente, existe a resistência dos produtores mais tradicionais, arraigados a velhos hábitos. O caráter mais **comercial** que a orizicultura apresenta em outras partes do país ainda não é determinante para a decisão do plantio maranhense e o arroz é cultivado com grãos próprios e sem o recurso ao crédito. Aliás, a pouca disponibilidade de recursos na rede bancária é o único impedimento para os grandes produtores, segundo a **CFP**. Há que se destacar, porém, os recentes ganhos de áreas pelo milho e, em menor escala, pela soja, cuja variedade **tropical** foi bem aceita no Sul do estado. A longo prazo, poderão essas duas culturas competir com a do arroz, pelo menos em algumas áreas de maior tecnificação.

Hoje, considera-se que, em geral, o arroz de sequeiro enfrenta sérios problemas de produção e de mercado. Segundo o **Centro Nacional de Arroz e Feijão**, da **Embrapa**, esta configuração adversa tende a mudar, em futuro próximo. Para tanto, confia-se na experiência adquirida mediante pesquisa científica sistemática, com vistas à redução do alto risco do cultivo e vem desenvolvendo técnicas que começam a despertar o interesse de outros países. Espera-se que a difusão de cultivares especialmente desenvolvidos para os cerrados traga maior alento à orizicultura não irrigada, o que, sem dúvida, poderá alterar substancialmente a produção brasileira.

O tratamento diferenciado dos agricultores que cultivam o arroz de sequeiro, principalmente os pequenos, nunca atingiu a abrangência já muitas vezes sugerida, por órgãos do governo federal. A persistir a tendência dos últimos anos, haverá importações para assegurar o pleno abastecimento do mercado interno.

QUADRO 14 – VALORES BÁSICOS DE CUSTEIO – SAFRAS 1984/85 E 1985/86

FAIXA DE PRODUTIVIDADE (kg/ha)	SAFRA 1984/85			SAFRA 1985/86		VARIAÇÃO PERCENTUAL	
		Limite de financiamento[1]			Limite de financiamento[2]		
	VBC's	Mini e pequeno produtor	Médio e grande produtor	VBC's	Mini, pequeno, médio e grande produtor	Mini e pequeno produtor	Médio e grande produtor
IRRIGAÇÃO MECÂNICA							
Até 3.000	751.000	600.800	450.600	2.582.000	2.065.600	244	358
3.001/3.600	870.000	696.000	522.000	2.965.000	2.372.000	241	354
3.601/4.200	971.000	776.800	582.600	3.511.000	2.808.800	261	382
4.201/5.000	1.106.000	884.800	663.600	3.962.000	3.169.600	258	378
Acima de 5.000	1.155.000	924.000	693.000	4.117.000	3.293.600	256	375
IRRIGAÇÃO NATURAL							
Até 3.000	597.000	477.600	358.200	2.106.000	1.684.800	252	370
3.001/3.600	659.000	527.200	395.400	2.309.000	1.847.200	250	367
3.601/4.200	725.000	580.000	435.000	2.746.000	2.196.800	279	405
4.201/5.000	813.000	650.400	487.800	3.054.000	2.443.200	276	401
Acima de 5.000	862.000	689.600	517.200	3.029.000	2.423.200	251	369

FONTE – Banco Central do Brasil; DEPA-RS.

[1] Na safra 1984/85, os limites de financiamento foram de 80% para mini e pequenos produtores e de 60% para médios e grandes;

[2] na safra 1985/86, o limite de financiamento deverá ser de 80%, independentemente da classificação em que se enquadra o produtor.